

2.1 Concepção de escola para o MST

Como temos observado a proposta de escola para o MST é realmente diferenciada, com uma estrutura orgânica voltada para organização e gestão da Escola, buscando uma gestão democrática, da auto-organização dos estudantes, dos coletivos pedagógicos das educadoras e da participação da comunidade assentada, como MST e o cotidiano da vida escolar.

O grande desafio inicial da organização da escola no MST foi formar os coletivos de educação visando a implementação de escolas para crianças, jovens e adultos acampados. Seguindo dessa iniciativa, formar os educadores/as seria o grande desafio (SIMPLICIO, apud RELATÓRIO PRONERA, 2005). Isso significava, antes de qualquer coisa, recuperar a concepção de educação articulada com as práticas do MST, assumindo-se como sujeitos pertencentes a um movimento social que luta por terra, por direitos sociais, extraindo deste movimento as práticas educativas que poderão fazer parte do processo de educação dos Sem Terra do MST. E essa construção da identidade, produz um jeito de fazer a educação e a Pedagogia do Movimento.

Nessa perspectiva, a Escola do MST, é aquela que se faz no cotidiano político e social do movimento e de suas pedagogias. Sendo assim, entender a escola deve levar em conta:

(...) o conjunto das dimensões da formação humana. É uma Escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isto se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades. A nossa tarefa é formar seres humanos que têm consciência de seus direitos humanos, de sua dignidade. (Caderno de Educação nº 9, 2004, p. 11).

É tratar os sujeitos não apenas como força de trabalho que deve ser qualificada, mais como seres humanos de direitos.

Esse momento de organização da Educação do movimento representa romper o cerco da terra e do saber. Assim, a ocupação da escola contitui-se por dois significados essenciais: ocupá-la e garantir a efetivação desse direito a todos os trabalhadores sem-terra, correspondente igualmente a luta por terra; e ampliar o acesso à educação e à escolarização

destes sujeitos. Sendo, pois, uma das vivências socioculturais dos que participam do processo de formação dos sem terra brasileiro.

Para o MST, a escola é mais do que escola, ocupar a escola, quer dizer: produzir consciência da necessidade de aprender, ou saber mais além do que já se sabe. Uma vez que, para o movimento um dos seus princípios organizativos é o estudo, que não se refere ao sentido restrito de escolarizar-se, deve ir além de conseguir um diploma e, conseqüentemente, um emprego melhor, mas é de capacitar-se para atuar com consciência frente as situações da sociedade e da sua comunidade. O estudo representa o elo entre a formação e o avanço nas suas reivindicações, do contrário, não há avanço na luta. Esta conscientização sobre o ato de aprender leva o sujeito a disposição para estudar. Logo, o estudo não pode ser compreendido apenas como produção do conhecimento, mas sobretudo, como meio de transformar-se enquanto pessoa.

Outro elemento a ser considerado nessa perspectiva educativa é que a escola organizada pela sociedade capitalista, não foi pensada para atender os camponeses, muito menos para atender suas necessidades de estudo e formação. Então, pensar um projeto de escola para esses sujeitos, significa transformar a escola, capacitar os educadores/as e considerar a diversidade de saberes existente no campo.

Analisando a trajetória da escola do MST, (CALDART, 2000, p.145) observa três momentos fundamentais nessa construção: a) o primeiro foi a mobilização das famílias sem terra pelo direito a escola, principalmente uma escola que fizesse sentido em suas vidas. Uma demanda que nasceu da necessidade das mães e professoras a terem seus filhos estudando, ainda quando estavam no acampamento; b) o segundo momento refere-se a articulação e organizacidae de uma proposta pedagógica que desse conta da realidade dos assentamentos e acampamentos, além da necessidade de formar educadores/as capazes de trabalhar nesta nova perspectiva. Criou-se assim, o Setor de Educação; c) o terceiro momento, definiu-se pelo jeito de fazer essa escola do MST, incorporando a dinâmica do movimento na escola, que passa a ser parte do cotidiano e das reivindicações, passando a ser também parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária.

Essa luta faz nascer o Setor de Educação, que tem o objetivo de articular e potencializar as lutas e experiencias educacionais já existentes e organizar o trabalho onde ainda não acontece.

Como observamos a proposta de educação do MST, propõe que a educação do campo, seja diferenciada da escola regular urbana, que historicamente serviu de parâmetro para educar os povos do campo, inclusive com temas e conteúdo que considere a realidade e vivências desses sujeitos, quebrando a lógica do aprendiz que só recebe os conteúdos e sem nenhuma reflexão, e muito menos, sem entender para que serve e como utilizá-lo na sua vida de trabalhador/a da terra.

Isto porque a escola do MST não parte do conteúdo, mas sim da experiência vivida por cada um integrante. Experiência de trabalho, organização, relacionamento para com os outros, e como fazer esse ensino diferente?

A proposta do movimento sugere alguns princípios pedagógicos: todos ao trabalho; todos se organizando; todos participando; todo assentamento na escola e toda escola no assentamento; todo ensino partindo da prática; todo professor é um militante e todos se educando para o novo. Esses princípios norteiam a pedagogia do movimento e a educação do campo, isso significa transformar a escola muito além dos conteúdos. (DOSSIÊ - MST ESCOLA, 2005). E conforme o Boletim da educação nº 9 como deve ser uma escola de assentamento:

1. a escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural;
2. a escola deve capacitar para a cooperação;
3. a direção da escola deve ser coletiva e democrática;
4. a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento;
5. a escola deve ajudar no desenvolvimeto cultural dos assentados;
6. o ensino deve partir da pratica e levar ao conhecimento científico da realidade;
7. o coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno;
8. o professor tem que ser militante;
9. a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular;
10. a escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética.

A escola que o MST pretende é uma escola voltada para o ser humano, respeitando cada um como indivíduo importante para o meio a qual pertence, um ser capaz de transformar seu lugar em um lugar melhor para se viver.

2.1.1 Escola é muito mais do que conteúdo

Essa concepção é parte das reivindicações que o MST tem buscado, para que haja um novo entendimento do que é escola. Aquela que respeite as particularidades do povo do campo. E esse debate vem sendo travado nas conferências, encontros e no próprio setor de educação e particularmente, nos projetos de escolarização, em que foi buscando implementar uma proposta de educação do/no campo.

Nesse contexto a Equipe de Formação percebeu que os conteúdos tem que saírem das dificuldades as quais os alunos sofrem, sendo assim eles devem ser discutidas com a comunidade, pois ela sabe das suas necessidades, essa escola deve ser voltada para coletividade, diferente da tradicional que vê o professor como único capaz que transmitir conhecimento, chegar na sala de aula falar, despejar matéria em cima dos alunos, não permitindo que eles questionassem nada.

Em um assentamento a coisa é bem diferente, os educandos/as questionam, discutem. Para o MST o coletivo é o mais importante, devendo se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno, pois cada pessoa tem suas potencialidades e dificuldades próprias. As pessoas se educam vivendo num coletivo.

Os conteúdos devem ser ensinados a partir de questões concretas do assentamento, o professor deve selecionar os conteúdos e materiais didáticos que tratem da realidade vivenciada pelos educandos/as.

2.2 proposta de formação dos/as educadores/as no projeto “APRENDIZES DA TERRA”

Traremos agora, como foi desenvolvido o processo de formação no Projeto Aprendizes da Terra, analisando os momentos dos Seminários, Planejamentos e processo avaliativo e extraindo alguns elementos observados nas visitas, buscando sistematizar as práticas e experiências vivenciadas durante todo processo de escolarização/formação no período de gestão do projeto (2005/2008).

Nesse contexto, o projeto de escolarização Aprendizes da Terra, buscou não só formar os educandos/as, mas também os educadores/as, pois como afirma (FREIRE, 2005, p.78) “ninguém educa ninguém, ninguém a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Através de sua organização coletiva.

A formação continuada nos assentamentos tinha como estratégia além de envolver a comunidade onde a turma estava inserida fazer que os educadores/as percebessem a proposta educativa desenvolvida pelo MST e apropriada pela equipe de formação, que buscava entender que a escola e suas demandas educativas são entendidas como conquista através da luta, das problemáticas do assentamento e muitas vezes dos próprios sujeitos educandos/as, no seu processo de transformação humana. Essa perspectiva analisada por Andrade apud Molina (2003) tem sido vista como um jeito de aproximar formadores/as da realidade dos trabalhadores/as sem terra e de incentivar a melhoria da qualidade de ensino das escolas do campo. De modo a implementar uma pedagogia que contribua para a emancipação dos sujeitos do campo, além de favorecer o desenvolvimento de metodologias específicas que considerem a diversidade cultural, as questões de gênero, raça e etnia, os saberes locais, os conhecimentos técnico-científicos disponíveis.

Desta forma, o projeto Aprendizes da Terra buscou contribuir com a implementação da Pedagogia do movimento e acrescentou metodologias e práticas desenvolvidas pela educação popular, levantadas do conjunto de práticas construídas no cotidiano dos assentados e acampados, para com isso fortalecerem a sua identidade e potencializar a dimensão educativa da coletividade, buscando perceber novas formas de produção do conhecimento e das próprias transformações vividas por cada pessoa no âmbito da sua subjetividade (Caderno de Educação/MST, nº 9, 2004).

2.2.1 Seminários de formação

No projeto PRONERA - Aprendizes da Terra, as atividades da formação dos/as educadores/as consistiram em: 08 encontros de planejamento e acompanhamento, 40 visitas, 06 seminários de formação e avaliação, realizados em cada termo do convenio (2005/2008), sendo estes momentos de formação e de organização do processo de ensino-aprendizagem e de preparação das atividades e ações a serem implementadas no projeto. Momento em que os sujeitos envolvidos se encontravam para traçar, apresentar diretrizes para o processo de escolarização com a participação do MST, educadores/as e demais sujeitos envolvidos nesse processo.

Esses seminários estavam divididos em etapas formativas: palestras, oficinas didático pedagógicas onde eram aprofundados conhecimentos e temáticas que deveriam ser trabalhados nas diversas áreas (linguagem, ciências da natureza e da matemática, geografia, história e artes), a serem desenvolvidas nas turmas das 05 (cinco) regionais que situava-se o projeto. A metodologia primava pelo trabalho em brigadas (forma denominada pelo movimento, que recebiam o nome de um militante da luta social). Nesse espaço se discutia as problemáticas vivenciadas na sala de aula, a forma como os educados/as se reuniam para discutir suas problemáticas individuais e coletivas e aulas ministradas pelos professores formadores, onde a plenária ficava a vontade para debater, questionar de forma bastante democrática, desde as questões mais simples até as mais polemicas.

Como meio de facilitar e se aproximar da realidade do campo, os processos de planejamentos e oficinas eram desenvolvidos nos assentamentos, envolvendo todos educadores/as, eram sempre em espaços que se aproximavam muito com a vida do campo.

Essas práticas pedagógicas levaram em consideração a dinâmica da pluralidade cultural e social dos indivíduos a partir da construção dos instrumentos didáticos pedagógicos, que geravam uma perspectiva na formação dos educadores/as, o que é fundamental nesta prática metodológica, é que os princípios norteadores de Paulo Freire transgridem para um diálogo entre os atores envolvidos no processo.

2.2.2 Momentos dos Seminários: Como eram? O que significavam?

O I seminário de Formação de Educadores/as do Campo, aconteceu entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2005, na cidade de João Pessoa, cujo objetivo foi apresentar um lugar propício para contribuir com a formação dos sujeitos envolvidos com a proposta pedagógica do Aprendizes da Terra e servir de instrumento capaz de construir a Educação do Campo e capacitar os educadores/as para atuarem na escolarização, considerando a pedagogia do MST.

A palestra inicial teve como tema, em que o professor Alder Julio Calado ressaltou “Educação e o atual cenário Brasileiro” aspectos da conjuntura nacional e da luta pela educação e destacou aspectos da identidade do educador e enfatizou o seu compromisso diante da sociedade atual, conforme ele ressaltou:

Devemos primeiramente nos reconhecer como gente (...) acabar com o preconceito da espacialidade (...) a gente não quer mudar posições e sim mudar a estrutura social (...) Onde se educa? Quem se educa? Para que se educa? Para qual sociedade se educa? (CALADO apud RELATÓRIO PRONERA, 2005, p.34).

O palestrante deixou claro que a formação desses trabalhadores/as deve ser estabelecida pelo reconhecimento da identidade sem terra. Sendo o papel da educação fortalecer a construção da referida identidade.

Nesse mesmo seminário outro ponto explanado foi “Princípios e trajetórias da pedagogia do MST/PB”, que indo na mesma direção e compreensão favoreceu o aprofundamento da identidade do Sem Terra, do MST. Vanderlúcia Simplício (Coletivo Estadual de Educação do MST), neste processo de organização que apresentou dois pontos principais: a luta do MST pela escolarização dos Sem Terra e os princípios da pedagogia do movimento. Disse ela:

Visando construir uma linha histórica, a palestrante, Vanderlúcia apresenta de forma dinâmica, através de pegadas, a trajetória da Educação e os princípios da Pedagogia do MST. Na primeira pegada retrata todo o processo de gestação do Movimento (1979 a 1989) mostra a preocupação com a educação da crianças acampadas, sendo o passo fundamental para que as famílias e as educadoras se mobilizassem em torno da luta por escola. Procurando assim romper, ao mesmo tempo, a cerca do latifúndio e a cerca do saber (ocupação das terras e alfabetização e escolarização de 1ª a 4ª série (SIMPLICIO, apud RELATÓRIO PRONERA, 2005, p. 35).

Toda essa trajetória nos mostrou a necessidade de pensar cursos de formação para preparar educadores/as dos assentamentos para o ensino de 5ª a 8ª série, bem como a escolarização e EJA”, ela ainda Ressaltou que nesses cursos eram levantadas questões sobre gênero, etnias e meio ambiente, trazendo assim, novos elementos para discutir a pedagogia Sem Terra, que está em constante construção.



Foto1 – I Seminário 2005 – Projeto “Aprendizes da Terra” –PRONERA/UEPB/MST (Sávia).

Sendo assim, as pedagogias são demonstradas de através de elementos da mística enfatizadas as matrizes pedagógicas, as quais são resultados das praticas fundamentais construídas pelo movimento durante seu processo de formação e nesse sentido que Simplício

dando exemplo de uma das matrizes pedagógicas questiona: “De que forma a terra nos Educa?” tendo em seguida respostas dos Educadores/as, a exemplo:

O trabalho com a terra faz com que o homem aprenda a preservar a vida” (Educadora B apud Relatório).

Outra matriz pedagógica abordada foi a Cultura, e ela iniciou questionando, O que é cultura?” uma educadora responde:

Essa pedagogia indica a matriz pedagógica que retoma a identidade perdida no campo, pois os meios de comunicação tem incentivado a desvalorização dos seus costumes e da cultura do homem do campo” (EDUCADORA “C” apud RELATÓRIO PRONERA, 2006).

Portanto a cada pedagogia apresentada, surgem questionamentos que na seqüência gerou debate, construindo o entendimento do que representa a educação para o MST, valorizando os princípios, saberes, idéias e posturas, que são vivenciadas em toda trajetória do movimento, afirmando o tipo de escola que se quer construir.

É através desses processos de organização que também vai se dando a educação dos sem terra e a construção da sua identidade, deixando para trás a cultura individualista, dando lugar às questões coletivas trabalhadas nos Seminários de Formação.

O *II Seminário de Formação dos Educadores/as do Campo*, aconteceu no Hotel Fazenda Day Campi, em Campina Grande/ PB. Contou com a participação de 81 pessoas envolvida no projeto, representantes do PRONERA no Estado, Direção do MST/PB e da UEPB.

A programação constou de temas ligados à identidade do povo do campo, Oficinas dos Saberes sobre temas envolvendo as questões das Ciências da Sociedade e da Natureza, a História, a Língua e Linguagem, a Educação Matemática, a Arte e a Cultura, as questões de Gênero, a Avaliação e o Planejamento, conduzidos através de estudos individuais e coletivos, relatos de experiências, momentos que foram refletidos em Brigadas de trabalhos.

Com base no pensamento Freiriano, este dialogo entre os sujeitos envolvidos no processo, restabelece o direito do próprio ser humano de pronuncia-se ao mundo através de uma nova forma de transformar o seu meio e modificar seu pensamento e suas ações. Portanto, percebi por varias vezes na prática de sala de aula, através de uma abordagem metodológica adequada ao próprio meio, a compreensão de uma socialização mais democrática.

2.3 Planejamentos: produção e conhecimento

Os encontros de planejamento serviam de ponte de aprofundamento do que era abordado nos Seminários de Formação, sendo também espaços para troca experiências e socialização de ações e atividades desenvolvidas no processo de escolarização, sobretudo orientavam os caminhos a serem percorridos para o andamento do projeto, uma vez que a burocracia de tramitação de recursos e convênios, foram o entrave durante toda a trajetória de execução do Aprendizes da Terra, especialmente, no tocante destinados para deslocamentos das visitas e acompanhamento.

Os planejamentos eram realizados entre as 05 regionais existentes no projeto, foram momentos em que a Coordenação, professores formadores, Bolsistas pesquisadores e Educadores/as se encontravam para elaborar as propostas para execução de atividades necessárias. Estudavam-se textos, produzia-se material didático para sala de aula e também eram momentos de apresentação das dificuldades de cada regional, a situação em que cada turma se encontrava para tirar as duvidas existentes. Também servia de espaço para o aprofundamento de tema relacionados aos conteúdos específicos: Matemática, Linguagem, Ciências da Natureza, História, Arte.



Foto2 – Planejamento 2007 – Projeto “Aprendizes da Terra” –PRONERA/UEPB/MST.

Os planejamentos consistiam em dois momentos: uma parte onde se tratava o administrativo e outro momento pedagógico. Iniciando-se com informes sobre a gestão do projeto (Convênio, Liberação de recursos, situação dos educandos/as, dificuldades das turmas) e seguindo com a mística e as oficinas de aprofundamento dos temas/conteúdos específicos a escolarização. A dinâmica de trabalho se dava por coletivos, denominados de brigadas⁶ onde eram trabalhadas as temáticas, produzidos os materiais didáticos referentes a cada área de conhecimento, acima mencionada. Sendo o fechamento com as idéias sistematizadas e apresentadas, de onde se extraia as propostas didáticas a serem trabalhadas nas salas de aula.

Os planejamentos tinham sempre um tema, ou seja, uma palavra geradora que iniciava o debate, fruto dos temas selecionados no diagnostico inicial do projeto. Nesse planejamento a palavra geradora foi “*Reforma Agrária*”, apresentado o tema, estudado os textos e debatidos, construíamos toda a sequência didática de como o tema seria trabalhado. Pensávamos as atividades e propostas dos conteúdos a serem abordados, que em seguida eram aprofundados nos grupos por áreas do conhecimento. E dentro desses temas eram extraídos novas questões. Tendo como referencia esse tema gerador, dele originou outros subtemas: a exemplo, a luta pela terra, a conquista da terra, a organização junto ao MST.

Com a temática reforma agrária, tivemos como ponto para articular junto às áreas do conhecimento o marco da luta pela terra, o dia nacional da luta pela terra, 17 de abril. A partir

⁶ Corresponde ao espaço em que as famílias se organizam nos assentamentos e acampamentos do MST, visando à construção de suas dinâmicas e ações coletivas, cujo formato foi adotado na dinâmica de formação do projeto.

desse recorte na área da Linguagem a sugestão de acolhida foi de trabalhar o texto da obra História da Luta pela terra no Brasil e o MST: Eldorado dos Carajás: o massacre. Em que além de explorar todas as questões da luta pela terra, o mesmo gerou nas brigadas, outras temáticas que poderiam ser incluídas ao debate: Número de pessoas que morreram nos conflitos de terra?

A forma de acesso e distribuição da terra no Brasil; O modelo de Reforma Agrária proposto pelo sucessivos governos e a proposta dos movimentos sociais. No que se refere a matemática, aproveitou-se para destacar as unidades de medidas: hectares, quilômetros, problemas operacionais, as operações matemáticas.

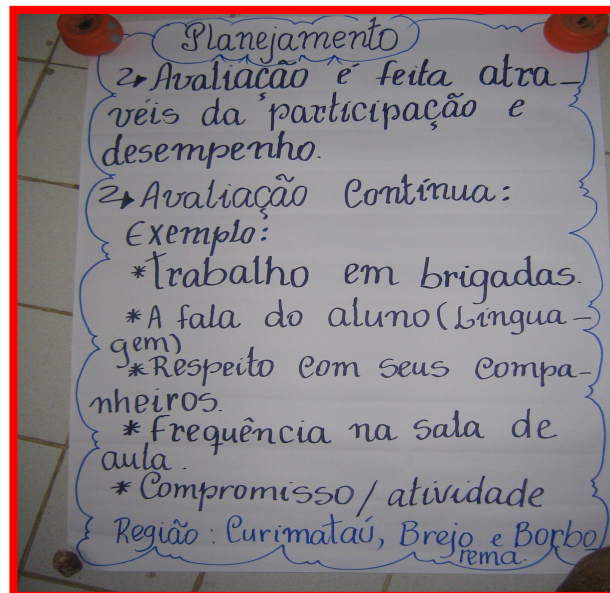


Foto 3 – Planejamento 2007 – Projeto “Aprendizes da Terra”- PRONERA/UEPB/MST (Rita).

Em que várias idéias foram se completando: a quantidade de trabalhadores/as que entram na luta pela terra e quantos morrem ou entram nos conflitos; As medidas dos lotes e tamanho dos lotes destinados a plantação, criação dos animais; o espaçamento ideal para o plantio de culturas diversas; O sistema de crédito fundiário oferecido pelos bancos e juros incluídos nesse financiamento etc.

Na história trabalhamos toda a reconstrução da história e memória dos povos do campo enfocando os índios, pequenos trabalhadores, meeiro, sem terra; além de focar os processos de organização dos trabalhadores, o sistema de produção capitalista e a agricultura. Com relação à área de conhecimento, Estudo das Ciências Sociais e da Natureza o foco central foi destacado pelos temas: formas de trabalho na terra, terra e sustentabilidade,

preservação ambiental, reforma agrária, natureza e devastação, tipos de cultura; fertilidade e formas de manejo do solo, agrotóxicos e meio ambiente, cuidados com a natureza e a terra para que futuras gerações não sofram com os problemas ambientais provocado por toda essa agressão ao nosso meio ambiente.

Essa devastação que também exclui os indivíduos expulsando-os do campo, obrigando os sujeitos a cada vez mais viverem nas cidades.

Por fim, na temática arte e cultura se propôs a exibição de filmes que tratavam da questão agrária bem como outros sobre a luta pela terra, o histórico de conflitos que a humanidade sempre vivenciou na busca por objetivos comuns. Expor sobre eventos comemorativos que é uma maneira de manter viva ou reconstruir a verdadeira história da humanidade.

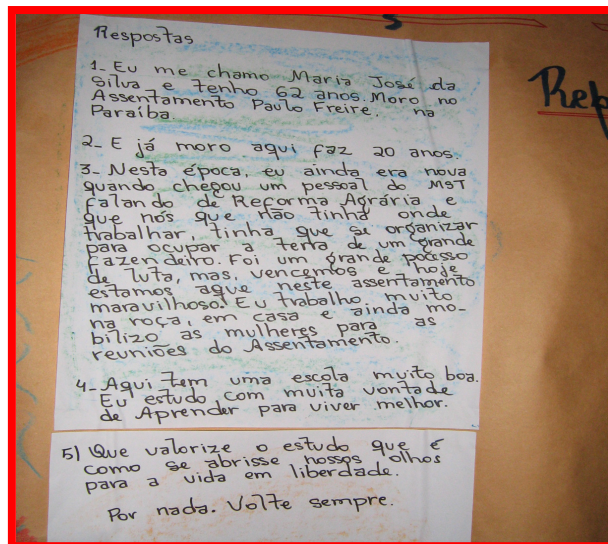


Foto 4 – Planejamento 2007 – Projeto “Aprendizes da Terra” – PRONERA/UEPB/MST. (Genivaldo).

Vejamos que a palavra geradora proposta Reforma Agrária foi utilizada em todas as áreas do conhecimento, sendo um tema abrangente, haja vista ser um tema ao qual todos/as se identificavam de alguma forma, pois estava inserido no cotidiano de cada um dos trabalhadores/as do campo, e desta forma entendemos que as aulas se tornariam mais interessantes e construtivas.

2.4 As visitas

As visitas consistiam em diagnosticar a situação de funcionamento, estruturação de cada turma e as dificuldades de aprendizagem, além de evidenciar as dificuldades na metodologia trabalhada pelo professor. O formato e as atividades a serem desenvolvidas eram pensadas nos encontros de planejamento junto com equipe pedagógica, o Coordenador de área e o bolsista. Todo o material levantado e os resultados das visitas subsidiava os Seminários e planejamentos. Apesar das dificuldades de recurso para deslocamento, fato que inviabilizou que estas acontecesse com frequência, as mesmas contribuíam para implementar melhoras no processo de ensino-aprendizagem. Sua realização dava-se no turno noturno, o que dificultava o acesso tendo em vista a distancia entre as turmas, fato que não impediu de visitarmos algumas turmas.

2.4.1 Situações vivenciadas pelos educadores/as: dificuldades e persistência

Tomando como exemplo uma visita realizada no Acampamento Josué de Castro, no Município de Pilões, na qual fomos recebidos pela educadora Flávia. Ao acompanharmos sua aula, na área de conhecimento da Linguagem, vimos que a mesma trabalhava questões de gramática, com o conteúdo sinônimo e antônimo. Pois era necessário mostrar o universo das palavras de uma forma que eles se sentissem a vontade para se expressar. As palavras apresentadas eram retiradas da realidade do estudante, que originavam os debates de outros sinônimos e ainda possibilitava mostrar o contrário de cada uma delas (antônimo). Desta forma cada educando participava da construção de um novo conhecimento.

Após o termino da aula aproveitamos para conversar com os educandos/as um pouco sobre as dificuldades que cada um tinha no seu aprendizado, observamos a produção textual deles, desta forma estávamos conhecendo a produção e o avanço de cada um.

Continuando nossa conversa a Educadora Flávia relatou que dentre tantas dificuldades a falta de infra estrutura e material didático, eram preementes. Uma vez que a sala era improvisada embaixo de uma lona, com cadeiras velhas, algumas quebradas.

O que pudemos perceber com esta situação é que apesar de toda a trajetória da educação do campo, de suas diferentes campanhas e programas realizados, vimos que o olhar para esse segmento educacional ainda é bastante excludente, os recursos voltados para a Educação do Campo acabam não atendendo as necessidades estruturais das salas de aula. E nem tão pouco viabilizam as condições de funcionamento de trabalho nas escolas. Além serem tratados por sistema de convênios extremamente pautados na burocracia

administrativas, onde muitas das vezes os recursos para esse fim são devolvidos por não coincidir o tempo da escolarização com o período da disponibilidade desses recursos. Sem dúvidas o descaso com a Educação do Campo permanece, o que diferencia hoje é a forma pela qual os indivíduos se organizaram para buscar melhorias para esse segmento educacional. Apesar de tudo a educadora nos falou da enorme satisfação de está ensinando a companheiros do Movimento, conforme relata:

É muito gratificante saber que eles estão evoluindo, ainda mais por que sou filha de assentados e sei como é difícil a escolarização do homem do campo, conclui o ensino médio e o técnico em agropecuária com muita dificuldade (Flávia, Acampamento Josué de Castro - Pilões).

O depoimento desta educadora reforça a importância que a educação do campo tem para os trabalhadores rurais e o sentimento de pertença de cada um deles, mais também demonstra a necessidade de qualificar cada vez mais profissionais para o magistério, pois são esses educadores/as que podem transformar a realidade dos camponeses, cada passo, cada curso conquistado é alicerce para conquistas maiores, adquirindo respeito, orgulho e, sobretudo dignidade de ser trabalhador/a rural.

Neste sentido, fica claro que para a formação do educador/a não existe apenas um único caminho, é legítimo afirmar que a formação do educador/a consiste fundamentalmente na sua prática e nas relações que se estabelecem entre ensino e aprendizagem, o que na prática significa afirmar que o projeto Aprendizes da Terra, contribuiu substancialmente na formação destes educadores/as. Nesta lógica, vale registrar que todo processo de discussão coletiva constituíram em processo de formação dos educadores/as por que suas práticas educativas refletiram e enriqueceram na construção de novos conhecimentos, mas tendo como plataforma os saberes já trazidos pelos educandos/as resultando no papel de um verdadeiro educador do campo.



Foto 5 – Planejamento 2007 – Projeto “Aprendizes da Terra” – PRONERA/UEPB/MST. (Genivaldo).

Outra visita realizada, no Assentamento Florestan Fernandes, no Município de Pilões – PB, Educadora Mercês. Na ocasião, acontecia uma aula voltada para questão da cultura local, tratava-se de um ensaio da quadrilha junina, com a participação da educadora e dos educandos/as. Fato importante, pois havíamos planejado a temática Cultura no Seminário de Formação. O que possibilitou um resgate das questões regionais aonde os mesmo iam entendendo que se faz necessário a valorização da Cultura frente à importação de outras culturas que se instalam na região e, de certa forma, vem influenciando as novas gerações. Ao termino do ensaio, aproveitamos para visitar a sala de aula, ver de perto as condições e o espaço utilizado pela turma e também conhecer alguns trabalhos realizados pelos/as educandos/as que fizeram questão de mostrar o que produziram. Esses trabalhos estavam expostos em painéis, destacando um mapa da área de Assentamento em que eles vivem, o que a professora aproveitara para trabalhar a temática sobre localização geográfica e regionalização.

Concluída a visita a educadora Mercês nos relatou que a principal dificuldade vivenciada em sala era com o alcoolismo entre as famílias. Fato que motivou a educadora a diversas visitas em algumas casas, com o objetivo de dialogar sobre as conseqüências do uso do álcool e também consistindo no momento de conhecer de perto a realidade dos/as educandos/as. O que nos mostra que esse projeto não teve apenas o objetivo de escolarizar, mas contribuir com a socialização do cidadão frente às diversas problemáticas enfrentadas no seu cotidiano.

Pelo que exemplificamos, essas visitas eram fundamentais no andamento do projeto Aprendizizes da Terra, pois víamos de perto as situações enfrentadas pelos Educadores/as, o que ajudava para pensarmos o material didático e atividades pedagógicas para sala de aula. Além, de orientar estudos nos planejamentos e a motivação na caminhada e na melhoria da escolarização.

Entretanto, as dificuldades encontradas no projeto “Aprendizes da Terra”, ocasionadas pela burocratização frente ao repasse dos recursos financeiros, não só inviabilizaram as ações de sala de aula, mas parte do cronograma de atividades, fazendo que buscássemos alternativas para seu andamento, inclusive as visitas. E ultrapassavam o limite do tramite legal dos recursos, e as vezes essas dificuldades estavam nos próprios gestores públicos que não respeitavam a responsabilidade com a Educação do Campo.

O retrato dessas circunstâncias fica mais evidente na fala dos/as educadores/as:

A falta de material fez com que os/as educados/as pensassem, as vezes, que o Projeto tinha encerrado. (Educadora – Luciana – Assentamento Santa Helena/Sapé).

A falta de incentivo, como bolsa escola, merenda dificultou nosso trabalho (Educador - Luís Julião – Regional Várzea - Mulungu/PB).

Tenho muita dificuldade, pois dependo do grupo Escolar do Município (Educadora Elieuda- Regional Bananeiras/PB).

Os depoimentos expostos nos mostram o quanto a burocracia e o não cumprimento das Diretrizes Operacionais para as Escolas Básicas do Campo, ainda não é realidade, tornando-se entraves para o andamento do projeto e qualquer ação educativa no campo. Sendo também comprometidos planejamentos, visitas e toda a formação do educador/a.

Outro fator determinante que influenciava na caminhada do projeto se deu a respeito da relação entre os sujeitos envolvidos e as instituições parceiras do convênio, pois entendemos que essa relação deveria ser a mais harmoniosa possível, haja vista, serem as mesmas responsáveis e proponentes do projeto. Ficando claro que em alguns momentos esse elo não aconteceu com a compreensão necessária por parte destes parceiros, que acabavam não compreendendo a dinâmica do campo e suas especificidades, especialmente quanto ao tempo de plantio e colheita, que resultavam em ausências em sala de aula, tempo retomado pelo educador/a em outros horários. Chegando muitas as vezes as visitas a serem pressionados

por essa atitude, causando um desconforto por parte desses educadores/s e educandos/as como pudemos constatar nos relatos a seguir:

O INCRA fez a visita intimidando, entrevistando, questionando o número de alunos que freqüentam sem levar em consideração a ocupação de cada indivíduo (Educadora Regional Curimataú - Solânea/PB).

O INCRA foi a tarde na minha sala perguntando quantos alunos freqüentavam e questionavam a participação, mas eu disse que as aulas só aconteciam a noite, portanto não era possível encontrar os educandos na sala de aula (Educadora Regional Curimataú - Remígio/PB).

Estes dois depoimentos resumem um pouco a situação desconfortável vivenciada no projeto, em relação a uma das instituições parceiras no convênio, trazendo constrangimentos a alguns educadores/as, contrariando o que diz a Lei nº 9.394/96, proposta no seu Artigo 28, I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Como afirmam os dois relatos anteriores, sabemos que o órgão citado é conhecedor da realidade dos assentados e acampados e são sabedores do tempo dedicado a produção e a escola tem que considerados, mas mesmo assim não respeitou as particularidades dos/as trabalhadores/as, causando a partir dos relatos medo e o sentimento de indignação com o tratamento dado.

Entretanto, mesmo com os relatos apresentados anteriormente, a trajetória do projeto “Aprendizes da Terra” não foi marcado apenas por dificuldades, mas também existiu avanços significativos e muita perseverança na busca por escolarizar os sujeitos dos assentados e acampados.

Orientados pelas propostas feitas nos planejamentos, as aulas tornavam mais atrativas, além de considerar o tempo diferenciado de aprendizagens desses trabalhadores/as. E como se conseguia isso?

Como proposto nos planejamentos a as temáticas surgiam das necessidades e demandas dos/as educandos/as, era sempre algo muito ligado aos indivíduos do campo, assim eles produziam seus textos, realizavam ações sempre pautados no que aprendiam nas aulas e na realidade.

Isso refletia toda produção realizada pelos/as educandos/as, aproveitando-se dos momentos diferenciados da sua formação. Cada encontro era um instante de produção de conhecimento, pois essa construção se dava de forma coletiva, cada tema proposto podia ser debatido nas aulas, reuniões, nas brigadas e esse momento eram transpostos para sala de aula através da produção de painéis, textos onde destacavam suas idéias associados a cada área do conhecimento e articulando assim o que aprendiam com o seu cotidiano. Desta forma eles estavam acrescentando aos seus conhecimentos, novos saberes, não resumindo aos conteúdos estudados.

Um elemento que motivou a perseverança de muitos a continuarem a caminhada mesmo com tantas dificuldades, era o desejo de ver aquelas pessoas mais conscientes. A exemplo de uma educadora que saía com seu filho doente em uma carroça puxada por um cavalo e caminhava aproximadamente 3 km para dar aula. Movida por um único objetivo: acreditar ser importante sua comunidade ser escolarizada. Vejamos a seguir alguns relatos e manifestações nessa perspectiva e o desejo de continuidade desse processo não só para a escolarização dos educandos/as, mas que também contemple a sua formação:

As salas de aulas eram muito distantes, mesmo assim nós gostaríamos de continuar nossos estudos, a gente quer crescer”. (Maria José assentamento Santa Catarina).

As dificuldades foram grandes, mas vamos sentir falta desse projeto, comecei com 20 educandos e terminei com 10, mas faria tudo novamente”. (Educador do Curimataú/).

Esse projeto é a minha base, gostaria de saber se o projeto vai dar continuidade, pois meu sonho é ser assistente social. Embora meu marido diga que cavalo velho não aprende mais, mas eu acho que valeu a pena, pois estou muito satisfeita e quero dar continuidade. (Educadora Josivania – Regional Cariri – Monteiro/PB).

Trabalho na prefeitura de Alagoa Grande a 10 anos, mas foi no PRONERA que meus conhecimentos aumentaram cada vez mais”. (Fátima, assentamento Maria da Penha I).

Considerando ainda o que foi dito pelas educadoras é importante destacarmos a necessidade de cada vez avançarmos no processo educacional e dar seqüência a aprovação de novos projetos que motivem a continuidade dos estudos desses indivíduos, haja vista a inserção dos/as trabalhadores/as em outros níveis de ensino, chegando até cursos superiores, o que de certo, fortalecerá a educação dos povos do campo.

Em resposta a preocupação com a continuidade de projetos de escolarização a representante da direção nacional do MST, finalizando nossas atividades do projeto registrou a possibilidade de dar continuidade, mas enfatizou a necessidade de ampliar novas salas de aula de escolarização básica, “deve-se elaborar projetos para ser enviado ao MEC, para se dar essa continuidade, devemos buscar nossos direitos pressionando os comitês de educação”, disse a dirigente.

Como visto até agora através dos depoimentos, os/as educadores/as e educandos/as envolvidos neste projeto manifestaram um sentimento de orgulho e satisfação de terem sido parte integrante nesse projeto. Porém, é importante ressaltar que o homem do campo deve dar importância a cada conquista, de poder está estudando, pois essa conquista é o respeito de viver em igualdade.

Ao analisar as falas das educadoras/es e a falta de oportunidades para estudar, deixa claro a precariedade na formação docente, podemos destacar os poucos anos de escolaridade, a falta de uma proposta de formação continuada, a forma de gerenciamento do sistema de ensino voltado para educação do campo inadequados. Estas análises, trazem reflexão sobre o cotidiano de outras escolas e as peculiaridades sociais e culturais que são característica do homem do campo, o que mostra também uma situação de dificuldade do próprio trabalho pedagógico. Traduzindo assim, um complexo sistema desenvolvido por esses educadores/as na sua prática docente. Essas reflexões não levam ao fracasso dos educandos/as, mas sim em uma extrema dedicação pela atividade docente que por muitas vezes presenciei o espaço de sua casa como extensão de sua sala de aula, o que para mim o trabalho desenvolvido pelo projeto reflete sobre a temática da formação dos professores que brilhantemente contribuíram para uma experiência de formar sujeitos, conhecer possibilidades e buscar alternativas para sua prática no cotidiano.

Apesar de todas as dificuldades que foram relatadas, os resultados finais favoreceram a inclusão dos sujeitos na escola. Esse processo ajudou os/as Sem Terra a juntos romper a cerca do saber, fortalecendo assim, o movimento e suas intervenções. Embora as dificuldades e limites, os avanços nos deram muito orgulho e satisfação em participar da construção e execução deste grandioso projeto, que serviu de estímulo, despertando assim, o desejo de pesquisar e trabalhar sobre a Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta pesquisa nos mostrou os caminhos percorridos pela educação, os desafios em busca de uma educação de qualidade em um país de muitos contrastes que ainda se apresenta bastante excludente, sobretudo quando se refere à educação voltada oferecida ao povo do campo que mesmo com a luta dos movimentos sociais que buscam o cumprimento dos princípios da Legislação vigente mesmo considerando a importância dos/as trabalhadores/as rurais no desenvolvimento econômico via agricultura familiar, ainda não são cumpridas as determinações legais com relação a esta população. Ficando claro que os povos do campo necessitam da aprovação de políticas públicas governamentais, respeitando as particularidades e especificidades desses sujeitos.

Os números finais na regional Curimataú/Borborema acabaram atendendo a 218 alunos divididos em 18 turmas nos municípios de Alagoa Grande - 05 turmas, Pilões - 02 turmas, Remigio - 05 turmas, Solanea - 01 turma, Serraria 01, Cacimba de Dentro - 01 Algodão de Jandaira - 01, Campina Grande - 01. Resultado considerado satisfatório em relação aos números de escolarizados, considerando as dificuldades de se manter turmas de EJA, frente aos mais diferentes motivos que os levam a evadir, especialmente a busca por um trabalho.

No entanto, um fator agravante na realização do projeto, deu-se pela dificuldade na liberação dos recursos financeiros para deslocamentos, o que acabava inviabilizando também o calendário de visitas/acompanhamento (fato que fez, em muitas das vezes, termos que arcar com nosso deslocamento para acompanhamento) e as formações, mesmo que o objetivo maior – a escolarização - tenha sido atingido. Outras dificuldades se sucederam a falta de estrutura para funcionamento adequado das turmas, foi uma das mais preocupantes, pois a maioria das aulas acontecia na casa dos educadores/as, o que demonstra o descaso do poder público, através de suas secretarias de educação municipais em assumir a sua responsabilidade com a Educação do povo do campo. Esse descaso e negligência a operacionalidade das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas no Campo e com a estruturação mínima de funcionamento das salas de aula, que no projeto funcionou também em barracos de lona.

A falta das condições adequadas para esse processo de escolarização fez com que os/as educadores/as buscassem novas alternativas para dar andamento a esse projeto, sendo persistentes, perseverantes, verdadeiros soldados na luta pela Educação do Campo.

Esse trabalho buscou mostrar a realidade vivenciada por educadores/as e educandos/as frente ao processo de educar-se. No que se refere à formação dos educadores/as, identificamos que a maioria possuía apenas o ensino médio, sendo o projeto um espaço para garantir o aprimoramento de seus conhecimentos, através dos cursos, oficinas, seminários e planejamentos de formação oferecidos no “Aprendizes da Terra” fortaleceram e contribuíram na qualificação dos educadores/as para melhorar, enfrentar e vencer os desafios de escolarizar em áreas de acampamentos e assentamentos.

Observou-se que as discussões coletivas contribuíram para a formação dos educadores/as do projeto Aprendizes da Terra e que houve avanço no processo de escolarização dos trabalhadores/as rurais, constatou-se a realização da proposta efetiva na prática docente. Ainda sobre a formação podemos afirmar que a metodologia de abordagem foi contextualizada com a realidade vivenciada e que este processo diferencia-se dos demais, por dialogar em eixos temáticos proposto pelo currículo do projeto e pela demanda local no aspecto social e cultural permeando, em suas peculiaridades rurais.

A pesquisa mostrou a importância da abordagem de uma metodologia adequada a vivência dos indivíduos envolvidos no processo, e a complexidade e especificidade de construir instrumentos didáticos pedagógicos contextualizados com a realidade do sujeito.

Vivenciar e analisar as ações desse projeto nos mostrou a importância da escolarização para os educandos/as, mas também nos ajudou a entender o papel dessa instituição formativa – a universidade – em ampliar projetos de licenciatura para que possa favorecer as condições de escolaridade aos/as educadores/as, pois essa possibilidade de novos saberes e novas metodologias, poderá forjar o desenvolvimento de uma prática que respeite o ser humano e que aproveite suas potencialidades e a troca de conhecimentos.

Acreditamos por fim, que frente todas as situações adversas, esse projeto atingiu seus objetivos na escolarização de mais de 620 estudantes trabalhadores/as rurais, hoje aptos a dar continuidade nos seus estudos e contribuir com sua organização para que juntos possam lutar para que a consolidação da legislação brasileira seja cumprida frente as demandas educativas dos povos do campo. São várias as conquistas desses atores sociais que lutam e sonham com

uma educação de qualidade e adequada aos seus interesses. Uma educação que valorize os homens e mulheres do campo em sua complexidade ajudando-os a se perceber enquanto indivíduos importantes na construção da sua da sua história.

No universo destas conquistas, o projeto “Aprendizes da Terra”, a nosso ver, também contribuiu com seu papel, como um dos instrumentos no processo de conscientização política e social para as transformações das estruturas atuais do nosso país.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. NERY, Ir. & FERNADES, Bernardo Mançano. *Educação básica e o movimento social do campo*. Brasília/DF: Articulação Nacional, 1999. (V.3).
- _____. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo, Ática, 1982 (Ensaio, 85).
- BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- BRUM, Argemiro *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 21.ed. Ijuí: Vozes/Editora Unijuí, 2000.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: 2ª Ed. Vozes, 2000.
- CAVALCANTE, Rita de Cássia. *Aprendizes da Terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba*, Dissertação de Mestrado, pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis: 2ª Ed. Vozes, 2008.
- DELORS, John. *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre a Educação para o século XXI*. Brasília: Cortez, 1998.
- DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO. Ministério da Educação: Secretaria de Inclusão Educacional. Brasília: Resolução CNE/CEB, nº 01 de abril de 2002.
- DOSSIÊ, MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. 2ª ed. Expressão Popular: São Paulo, setembro de 2005. Caderno de Educação Nº 13.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A experiência do MOVA*. SP/ Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Instituto Paulo Freire; Organização de Moacir Gadotti. São Paulo, 1996. RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 13ª Edição. Campinas: Autores Associados, 1993.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Citações em Documentos Comunicação Social, 08 set 2010.

KOLLING, Edgar; CASTAGNA, MÔNICA. (Org.). *Por uma Educação do Campo*. 1ª ed. Brasília/DF: Articulação Nacional, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

MÉO, G. Di. *Géographie social et territoires*. Paris, Éditions Nathan, 1998.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Princípios de Educação no MST. Caderno de Educação nº 09*. São Paulo: MST Setor de Educação.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. *Escolas do Campo e Formação Territorial dos Assentamentos de Reforma Agrária do Município de Cruz do Espírito Santo – PB*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Marise Nogueira. ET AL. *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo: cadernos de subsídios.2004*.

SACK, R. D. *Human territoriality: its teory and history*. Cambridge University Press, 1986.

ANEXOS



Foto 1 – Atividade produzida pela regional Curimataú (Projeto Aprendizes da Terra)

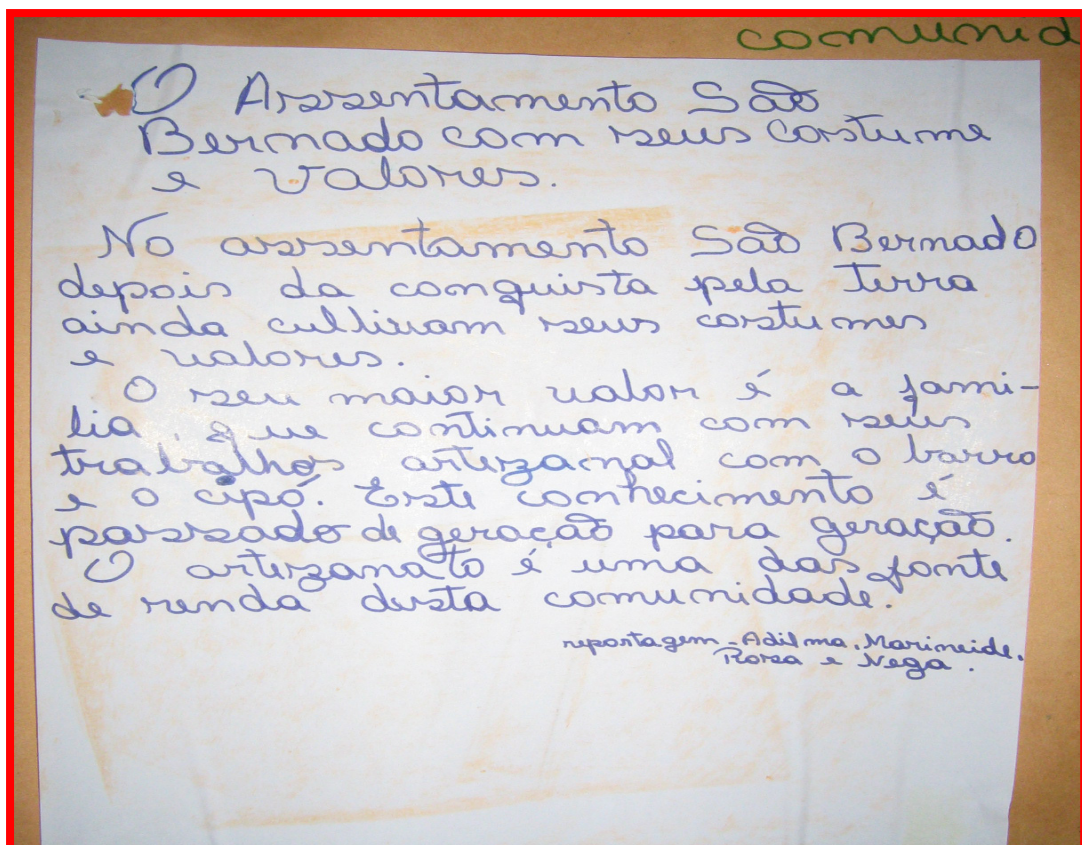


Foto 2 – Produção da Regional Curimataú (Aprendizes da Terra)

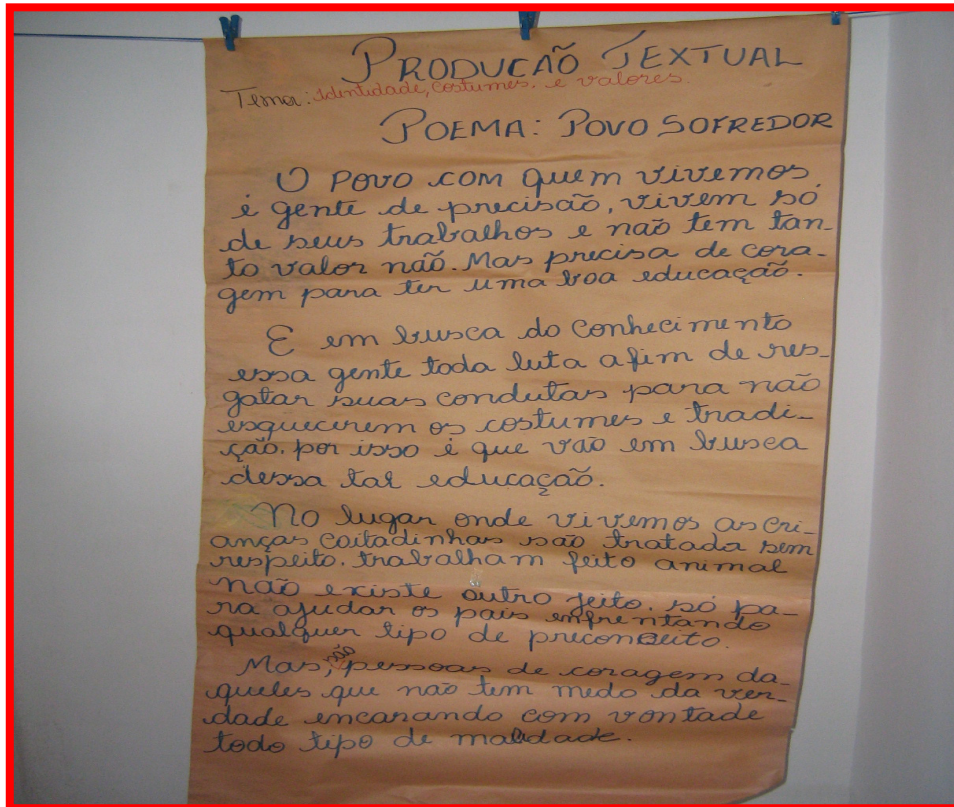


Foto 3 – Atividade realizada durante Seminário de formação (Aprendizes da Terra)

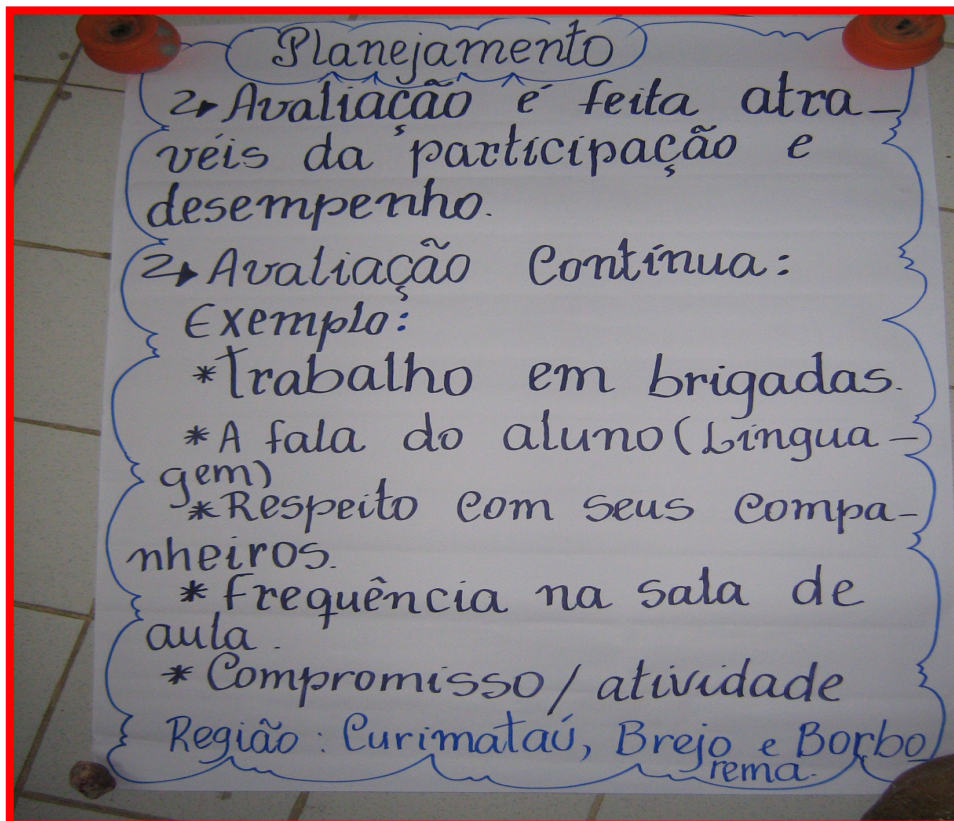


Foto 4 – Planejamento (Aprendizes da terra)